



Televisão pública: riscos e recuos

Percursos de duas televisões que renascem no novo século: Señal Colombia e TV Brasil

Liana Maria Milanez Pereira

Doutoranda PROLAM/USP

limilanez@gmail.com

Resumo: Este texto se propõe resgatar momentos da trajetória de duas emissoras públicas latino-americanas, a TV Brasil, vinculada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e a Señal Colombia, gerida pela Radio Televisión Nacional de Colombia (RTVC). As mudanças de gestão nas trocas de governo têm marcado as trajetórias dessas instituições. No Brasil, esse movimento se repetiu mais uma vez neste 2016. Os acontecimentos políticos atingiram a EBC cinco dias depois da votação que aprovou a continuidade do processo de impeachment da presidente da República, Dilma Roussef, pelo Senado Federal. Esses fatos recentes fazem parte da reflexão que me proponho a fazer neste texto.

Palavras-chaves: TV Brasil; Empresa Brasil de Comunicação – EBC; TV pública; Señal Colombia; comunicação pública.

Resumen: Este texto propone el rescate de momentos de la trayectoria de dos televisiones públicas de América Latina, TV Brasil, vinculada a Empresa Brasil de Comunicações (EBC), y Señal Colombia, gestionada por Radio Televisión Nacional de Colombia (RTVC). Los cambios en la gestión han marcado la trayectoria de estas instituciones. En Brasil, este movimiento se repitió de nuevo este año de 2016. Los acontecimientos políticos alcanzaron la EBC cinco días después de la votación que aprobó la continuación de proceso de destitución de la presidente, Dilma Roussef, por el Senado. Estos acontecimientos recientes son parte de la reflexión que me propongo hacer en este texto.

Palabras-clave: TV Brasil; Empresa Brasil de Comunicação – EBC; televisión pública; Señal Colombia; comunicación pública

Vou descrever aqui momentos de duas televisões públicas latino-americanas que iniciam seus caminhos no século passado, com trajetos distintos, para renascem no século 21 com novos nomes: Señal Colombia e TV Brasil. Destaco esse fato para lembrar que essas duas televisões “públicas” não nasceram do zero nos anos 2000: partem de embriões de empresas governamentais e continuam sendo, ainda hoje, como vou recuperar aqui.

Elejo, para começar como um critério de temporalidade, a que nasceu 19 anos antes, a Señal Colombia, que inicia seu percurso como Televisão Nacional nos idos de 1954. No Brasil, nesse período já dominavam as televisões comerciais que reinaram absolutas até o surgimento da televisão educativa, durante a Ditadura Militar de 1964, e se mantém com o monopólio da audiência. Para narrar a história da emissora colombiana valho-me de documento recente, o *Boletín Cultural Y Bibliográfico*, lançado em 2015 pela Biblioteca Luis Ángel Arango, em Bogotá, em homenagem à televisão colombiana, além de

profissionais e especialistas ouvidos em Bogotá.¹ Entre os autores do *Boletín* estão Andrés Arias, Javier Darío Restrepo, Paula Arenas e Omar Rincón. Os recortes das falas são feitos de acordo com fatos que procuro examinar para entender o uso político dessas televisões que se perpetuaram. A Televisão Nacional da Colômbia, como a TVE do Rio de Janeiro, surge em um governo militar. Inaugurada em 13 de junho de 1954, dia em que o general Gustavo Rojas Pinilla comemorava seu primeiro ano de governo tomado mediante golpe de estado. Para a implantação, foi convidado Fernando Gómez Agudelo, que dirigia a Radiodifusora Nacional de Colômbia (cf RESTREPO, Javier Darío²). A implantação foi rápida – oito meses entre o convite a Agudelo, em outubro de 1953, e a inauguração (El Tiempo, 21/08/2014).

O discurso pronunciado pelo general Pinilla na inauguração foi transmitido ao vivo para cerca de 1.500 “televisores” além do público que se aglomerava em frente às vitrines. (Cf RESTREPO, *ibid*). O número de “televidentes” cresceria até o final daquele ano, quando começou a operar uma rede de 14 estações, com alcance a todo o território nacional. Prometiam uma programação estritamente educativa. Não foi o que aconteceu, como relata Javier Restrepo, a partir de citação da revista *Semana* de 14/02/1955: “Sin embargo, ya comenzaban las protestas debido al contenido violento de las películas e vaqueiros de México y los Estados Unidos con su ‘exaltación de las hazañas de gánsteres y de cowboys’”. As reclamações em relação à programação atingiram também a figura do presidente pelo “propósito propagandístico” que mantinha na tela sua imagem e suas ações de, relegando os projetos educativos, de entretenimento e de informação. (RESTREPO, *Ibid*).

Como no Brasil, no período da Ditadura, a censura foi implacável. A informação era controlada por censores que operavam nos jornais e no rádio. Não atuavam sobre a televisão Nacional, porque esta era do Estado e já estava sob controle. Em dezembro de 1955 passam a ser transmitidos os serviços de informação de uma agência internacional, a *Telenews*. Permanecia, no entanto, a supremacia da presença do presidente na tela. Rojas Pinilla governou o país de 13/06/1953 a 10/05/1957. Fernando Gomez Agudelo deixaria a direção da emissora um ano depois, durante o governo do liberal Alberto Lleras Camargo (presidente do país duas ocasiões: entre 1945 e 1946, e de 1958 a 1962), como relata André Arias.³ Esses fatos determinaram a primeira mudança na Televisão Nacional da Colômbia.

As considerações acima ilustram os usos políticos do veículo que já começava ali. Segundo

¹ Viagem de pesquisa à Bogotá, Colômbia, no período de 17/11 a 25/11/2015.

² RESTREPO, Javier Darío. *Sessenta años esperando la democracia*. In *Boletín Cultural y Bibliográfico*. Homenaje a la television colombiana. Biliboteca Luiz LuisAngelArango, Bogotá, 2015

³ *Ibid*

Andrés Arias⁴, Gomez Agudelo foi substituído por um parceiro na implantação da televisão: Fernando Restrepo ficou na direção da emissora nos quatro anos de Alberto Lleras Camargo. Apesar de ter trabalhado no governo anterior - “como contratista⁵, no como empleado” (Ibid), Fernando era identificado como um liberal, seu pai, Fabio Restrepo, foi o primeiro presidente do jornal *El Tiempo*.

Mesmo com esses usos políticos, essa televisão ousou em alguns programas, como pude constatar no Museo Nacional de Colombia. A crítica de arte Marta Traba dirigiu e apresentou, entre 1954 e 1957, programas sobre arte, em que interagiu com pessoas comuns. Seu programa se deslocava para a rua, circulava em meio aos transeuntes, percorria bairros para apresentar a arte como “afeta” aos colombianos. Em 1955, foi criada a Televisora Nacional, uma espécie de produtora, comandada pela Oficina de Información e Prensa del Estado, para “prestar serviço público de televisão”. Segundo Javier Darío Restrepo⁶, se no início a informação da televisão foi controlada pelo poder presidencial, essa submissão ficou como marca de origem - contrariando a vocação natural deste meio de comunicação.

Nesse ambiente, os interesses comerciais passam a disputar espaço na tela da emissora governamental. Em 1955, 14 meses depois do nascimento da TV colombiana, o governo determina a exploração de alguns espaços da Empresa de Televisión Comercial (TVC). Logo depois, as agências de publicidade tomaram os horários de maior sintonia. O telespectador passou a fazer parte de um mercado disputado pelos programadores de televisão (CF. RESTREPO, 2015). As cadeias de rádio - Caracol e RCN - propuseram ao governo a venda ou aluguel da televisão nacional para exploração comercial (Ibid, CF. El Siglo, 10/12/1957).

Em 1963, é criado o *Instituto Nacional de Radio y Televisión* (Inravisión), encarregado de prestar serviço público de rádio e televisão, incluindo a definição da grade de programação. O Inravisión assumiria a gestão das emissoras governamentais. O Instituto vai existir até 2004, quando é substituído pela RTVC – Rádio e Televisão Pública da Colombia, que administra hoje a Señal Colombia. Mais tarde, em 11 de agosto 1991, o *El Espectador* publicou veemente denuncia do presidente do Centro Andino de Estudios, Gerney Ríos González: “el privilegio más antipático en Colombia, es la preferencia por los hijos de las familias presidenciales, de los noticieros de televisión” (Cf RESTREPO, 2015). A denuncia devia-se à licitação para produção dos noticiários feita naquele ano, que favorecia os filhos de políticos

⁴ ARIAS, Andrés. *Restrepo y Gómez Agudelo: los tele-videntes*. In . In Homenaje a la television colombiana. Boletín Cultural y Bibliográfico. Biliboteca Luiz Luis ÁngelArango, número 87. Bogotá, 2015.

⁵ Contratados para um serviço especial.

⁶ RESTREPO, Javier Darío. *Sesenta años esperando la democracia*. In Homenaje a la television colombiana. Boletín Cultural y Bibliográfico. Biliboteca Luiz Luis ÁngelArango, número 87. Bogotá, 2015.

liberais e conservadores (Ibid, p.34).

Paula Arenas⁷, profunda conhecedora da história da televisão pública da Colômbia, hoje assessora de conteúdos da RTVC, relata a chegada dos novos canais. Onze anos depois do surgimento da Televisão Nacional, em 1965, é criado o Canal 9, cuja exploração foi entregue, por licitação, a um particular - Consuelo de Montejo. Cinco anos depois, é inaugurado o Canal 11, “a terceira cadeia de televisão nacional, com caráter educativo”. O projeto era dedicado à capacitação popular, e irá se converter, em 1995, na Señal Colombia. Os canais regionais surgiram nos anos 1980, na seguinte ordem: 1985, o Teleantioquia; um ano depois, são lançados dois canais - Telecaribe e Telepacífico. Em 1997, nasce o Telemedelin, o primeiro canal local da Colômbia. Relevante nesta trajetória foi a criação, em 1970, da produtora Audiovisuales, com o objetivo de produzir programas para difundir notícias estatais. Logo depois, a Audiovisuales é encarregada de produzir também televisão educativa e cultural.

A lei 182, votada pelo Congresso da República, em 1995, cria a Comissão Nacional de Televisão (CNTV), com a função de traçar as diretrizes da televisão. Enquanto isso, especialistas, produtores e acadêmicos iniciam movimentos de reflexões que vão mobilizar o Ministério da Cultura. Estavam envolvidos, entre outros especialistas, o professor Omar Rincón, que elaborou com outros dois professores, Jesús Martín Barbero e German Rey, o documento *Televisión pública, cultural de calidad*. Este estudo foi encomendado pelo Ministério da Cultura, como contou a ex-gerente da Señal Colombia Marcela Benavides, em entrevista a esta pesquisadora, em 19 de novembro de 2015. Ela se refere à entrada do Ministério da Cultura (MinCultura) nas discussões por uma televisão de qualidade. Recebi da Marcela Benavides, entre vários documentos, o *Marco Legal-Políticas Culturales*, elaborado pelo MiniCultura, que reunia o plano de desenvolvimento para vigorar entre 2001 e 2010, com o propósito de formular, coordenar, executar e vigiar a política do Estado em matéria cultural, recreativa e de aproveitamento do tempo livre. A televisão ocupava um espaço de destaque. Benavides relatou as iniciativas empreendidas no final dos anos 1990 com o objetivo sanar as “deficiências contemporâneas” da televisão pública a partir da reestruturação da Señal Colombia. Assim, em 1998, a Junta Administradora do Inravisión decidiu apoiar a iniciativa da direção do Instituto, de empreender um processo participativo para desenhar uma estratégia nacional para intensificar o uso dos meios de comunicação em benefício da educação e da cultura.

⁷ ARENAS, Paula. *El futuro de la televisión pública educativa y cultural. El caso Señal Colombia*. Boletim Cultural y Bibliografico, Número 87. Biblioteca Luis Ángel Arango, Bogotá, 2015.

O documento *Marco Legal-Políticas Culturales* descreve os antecedentes que ajudam a compreender seu papel na televisão pública, que iniciava ali: “Cuando *Inravisión* era el responsable de programar Señal Colombia, entregaba espacios y horarios a varios productores e instituciones. Bajo ese modelo, *Inravisión* asignó al Ministerio de *Cultura* espacios en distintos momentos”. Ou seja, o *Inravisión* fazia uma divisão de capitánias em sua grade. Assim que, entre 1998 e 2000, com recursos do *Fundo para o desenvolvimento da Televisão da Comissão Nacional de Televisão* (FONTV), o Ministério da Cultura participou com 22 horas de programação semanal na Señal. Começava ali a contribuição do Ministério da Cultura para o fortalecimento da Señal Colombia como um canal de serviço público, espaço de expressão da identidade e diversidade, que facilitou a promoção, além da difusão da criatividade dos colombianos (Cf BENAVIDES, entrevista).

As descontinuidades se repetiriam. A faixa da programação reservada ao Ministério da Cultura com 22 horas semanais sofreu corte com a mudança política do *Inravisión*. Na licitação pública realizada em 2000, o MinCultura ficou com um único espaço, que exibia o programa *Diálogos de la Nación*. Era uma série que apresentava os olhares de documentaristas nacionais, que percorriam o país para apresentar o local e o regional, e assim configurar um mapa do que era ser colombiano. Foi um projeto ambicioso e de formação para a maioria dos documentaristas.

Mas era preciso mais. Sob a coordenação dos Ministérios - da Comunicação, Educação e Cultura -, mais de 120 organizações, públicas e privadas, e especialistas independentes participaram durante 16 meses de um intenso processo de consulta, discussão e consenso para estabelecer no país uma estratégia abrangente denominada *Proyecto nacional de educación y cultura a través de los medios masivos de comunicación - PROCEM*. Este projeto continha cinco princípios norteadores: “Movilización social; Reconocimiento de la diversidad cultural y ambiental; Respeto por el conocimiento y la experiencia; Transversalidad y estabilidad; Permanencia de los programas.” Com essa complexidade, foram criados grupos de especialistas nas áreas de Educação infantil; Educação básica; Educação superior; Valores humanos; Saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia; Cultura e formação física, Etnias, Comunicação comunitária, Prevenção de desastres, Respeito pela diferença e equiparação de oportunidades, Idoso, Alfabetização audiovisual, Capacitação e educação para o trabalho, Rádio, Centro de serviços, Programação e definição da produção.

Segundo Benavides, as definições resultantes desse processo previam uma televisão pública, educativa e cultural de qualidade, mas o *Instituto Nacional de Rádio y Televisión –Inravisión* - não teve êxito na implantação. E, em 2004, no governo do liberal Álvaro Uribe Vélez, acontece a grande virada:

Inravisón é liquidado e substituído pela *Radio Televisión Nacional de Colombia - RTVC - Sistema de Medios Públicos*. Também é liquidada a produtora *Audiovisuales*. Uma comissão intersetorial assessorou a liquidação do *Inravisón*, “en crisis por un alto passivo pensional”, dando lugar à *Radio Televisión Nacional de Colombia - RTVC*, que hoje congrega a *Señal Colombia*, *Señal Institucional*, *Rádio Nacional de Colombia*, *Radiónica* e *Señal Memória*.

O processo resultou na redução do quadro. O número de contratados que chegava a 600, foi reduzido a 70 cargos. Criaram um modelo de terceirização para a totalidade da programação da *Señal Colombia*. De acordo com Marcela Benavides, foi feito um redesenho: a *Señal* se dividiu em dois canais: *Señal Colombia* - educativo e cultural, e *Señal Institucional*, para transmissões do Congresso e produção de conteúdos das instituições do Estado. A divisão foi positiva, na opinião da ex-dirigente: “a *Señal* era um canal ‘*Frankenstein*’, com faixas dedicadas ao público infantil, transmissões das sessões do Congresso, do Ministério da Defesa, e de todos os outros”.

Nessa nova reestruturação, a “Junta diretiva”- representada pelos ministérios da Educação, Cultura e Tecnologias da Informação e Comunicações -, criou mesas de trabalho para desenhar os conteúdos que teriam o canal, definir o modelo de produção e de terceirização, formato dos contratos e das convocatórias. “O que se fez nesse momento foi dividir salomonicamente a grade: pela manhã, de 8h às 17h, Educação; de 17h às 23h, Cultura”, relata Benavides. A Direção de Comunicações do Ministério da Cultura se encarregou do fortalecimento dos meios públicos como espaços de criação e dinamização dos processos culturais participativos e includentes.

Para Paula Arenas⁸, a Colômbia com regulamentos avançados, combate por princípio as práticas monopolísticas, preservando o direito fundamental de informar e ser informado. Arenas dá um panorama da televisão pública colombiana: dois canais nacionais, um canal nacional de operação mista, oito canais regionais e um canal local, além de canais comunitários. Os colombianos contam ainda com cerca de 90 canais internacionais, de assinatura por cabo ou satélite. O monopólio está do outro lado, na opinião da assessora da RTVC: “la oferta de los privados está formada por dos canales nacionales y un canal local”. Arenas lamenta que apesar desta ampla oferta, a Colômbia vive um fenômeno singular, dois canais privados - *Caracol* e *RCN*: “las voces predominantes de la televisión”. Ela conta que o último grande debate sobre um terceiro canal foi tão ‘feroz’ que deu a estocada final para acabar com a “célebre *Comisión Nacional de Televisión (CNTV)* que cerró sus puertas en el 2011”. Para substituí-la, foi criada

⁸ ARENAS, Paula. *El futuro de la televisión pública educativa y cultural. El caso Señal Colombia*. In *Boletim Cultural y Bibliografico*, Número 87. Biblioteca Luis Angel Arango, Bogotá, 2015.

em 2012 a Autoridad Nacional de Televisión (ANTV⁹).

Um paradoxo similar ao que ainda ocorre no Brasil, diz respeito à instabilidade que afeta as emissoras públicas na Colômbia. Marcela Benavides, que dirigiu a Señal Colombia durante sete anos e saiu por decisão própria, não se caracteriza como fato normal, em relação à instituição mãe, a RTVC. Segundo ela, desde que foi instituída, a RTVC tem sido perseguida pela instabilidade - em 10 anos teve sete gerentes (média de 17 meses), o que impacta na continuidade dos processos. “Se ha tenido que empezar una y otra vez”. Ela faz críticas: “El perfil político y falta de experiencia específica en televisión de muchos altos funcionarios ha desviado el camino varias oportunidades impidiendo que la consolidación del proyecto se de a más largo plazo”. O gerente da RTVC é indicação do presidente da República. Não difere do que testemunhamos em nosso país como vou discorrer aqui.

Ontem, TVE Brasil. Hoje, TV Brasil. Os Antecedentes

No Brasil, as emissoras hoje tratadas como “públicas” - e que já foram nomeadas de “educativas” e “educativas e culturais” - padecem de um mal que persiste desde seus primórdios: o da descontinuidade. São as trocas de gestores, de políticas de programação e de formas de gestão. São sucessivamente novos dirigentes que chegam com suas equipes para ocupar os assim chamados “cargos de confiança”, um eufemismo para cargos de governo. Implantam, cada um, uma espécie de “estilo” ou de “visão” de programação, muito mais atentos ao serviço governamental do que à preocupação social como instituições públicas.

Numa espécie de ciclo recorrente, a substituição de equipes governamentais tende a responder a interesses de governo em detrimento aos interesse de Estado. As consequências são percebidas na programação e na desestruturação do quadro funcional permanente do aparato de Estado. Mesmo com estas características, das agudas críticas sobre a audiência não só é preciso reconhecer que essas instituições têm sobrevivido, como oscilam em termos de qualidade e da atenção por parte dos dirigentes governamentais. Ou seja, apesar de todos os *policies* – conselhos curadores e deliberativos, manuais de conduta, códigos de ética, regimentos internos e leis – tratam-se, em sua maioria, de empresas de

⁹ AUTORIDAD NACIONAL DE TELEVISIÓN - ANTV, la Agencia Nacional Estatal de Colombia, creada mediante la Ley 1507 de 2012, que tiene por objeto: Brindar las herramientas para la ejecución de los planes y programas de la prestación del servicio público de televisión, con el fin de velar por el acceso a la televisión, garantizar el pluralismo informativo, la competencia y la eficiencia del servicio(...). La ANTV está conformada por una Junta Nacional de Televisión, con cinco miembros, no reelegibles, un director y cuenta con el apoyo financiero del Fondo para el Desarrollo de la Televisión (Fontv). In <http://www.antv.gov.co/la-antv/quienes-somos>.

governo e não de Estado, a exemplo de outras estatais brasileiras e latino-americanas.

Mesmo os conselhos, cujos “membros deveriam representar os interesses da comunidade junto às agências governamentais” e preservar as características de interesse estatal das instituições, (MIOLA, Edna, 2009) podem ser, e geralmente o são, “contaminados” ao terem seus nomes indicados pelo próprio governo. Para Laurindo Leal Filho (1997, p. 20), por exemplo, “a autonomia absoluta das emissoras em relação aos governos não existe. O que varia é o grau de interferência. De modo geral são dirigidas por conselhos diretores, um modelo adotado inicialmente pela BBC, na Grã Bretanha, e que se tornou exemplo para países, como Itália e Alemanha, Austrália, Japão, Nova Zelândia e o estado de São Paulo, no Brasil, como a Fundação Padre Anchieta”. No entanto, ressalva o estudioso, a forma de escolha dos membros dos conselhos e o tipo de financiamento que elas recebem é que acaba por determinar a influência do governo.

As situações de “descontinuidades e ingerências” que se observa nas emissoras públicas no Brasil, vêm de longe. A TVE Brasil, criada em 1973, já com mais de 30 anos de operação, deixaria de existir ao ser incorporada pela Empresa Brasil de Comunicação. Também aqui se observa uma desconstrução para surgir um outro projeto de comunicação, embora inicialmente com os mesmos profissionais e a mesma programação. Me atrevo a afirmar que a TV Brasil-Empresa Brasil de Comunicação não foi a primeira emissora pública criada no Brasil, como se tem ouvido em distintas plenárias.

Lembro um fato histórico também de descontinuidade. A Rádio Sociedade pode ser considerada a mais pública das emissoras surgidas no Brasil desde os anos 1920. Tendo à frente o antropólogo e cientista Edgard Roquette-Pinto, o Brasil estava entre os primeiros do mundo nas experiências com o rádio. Roquette, que comandou o processo de criação da Rádio Sociedade, no Rio de Janeiro, enfrentaria, 13 anos depois, o primeiro atropelo. Me refiro ao episódio ocorrido em 1936, quando da doação da Rádio Sociedade mantida desde sua fundação, em 1923, por um grupo de sócios da Academia Brasileira de Ciências.

A intenção era doar a emissora ao Ministério da Educação e Saúde, no governo Getúlio Vargas, para que continuasse a serviço da educação. Em carta encaminhada ao ministro Gustavo Capanema, Roquette consultava se o Ministério aceitaria a rádio, com todos os equipamentos e acervo com a condição de que permanecesse fiel ao seu lema cultural e educativo, sem qualquer vinculação comercial, política ou religiosa (MILANEZ, 2007, p. 14). Capanema respondeu que o presidente Getúlio Vargas aceitava e agradecia, mas sugeria que a supervisão fosse feita pelo Departamento de Propaganda e

Difusão Cultural (DIP). Roquette revidou destacando que a doação seria feita “ao Ministério da Educação do povo, não ao governo”. O ministro Capanema retornou com a garantia de que o Ministério aceitava a doação nos termos em que fora proposta. Roquette antevia que o DIP se tornaria o órgão de controle máximo da imprensa e da propaganda pelo Estado Novo¹⁰. O acordo entre Capanema e Roquette foi a salvaguarda que garantiu, durante algum tempo, a integridade da rádio, que passou a se chamar Rádio Ministério da Educação, mais tarde Rádio MEC.

Em 1988, sob a presidência de José Sarney, a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – Funtevê, à qual a rádio estava então vinculada juntamente com a TVE, passou a integrar o Sistema de Comunicação da Administração Federal, ligado ao Gabinete Civil da Presidência da República. A mudança contrariava os desejos dos criadores tanto da Rádio MEC, Roquette-Pinto, quanto da TVE, Gilson Amado. Um ano depois, em 1989, a Funtevê voltou ao Ministério da Educação e Cultura, onde não ficaria por muito tempo. Com novo nome - Fundação Roquette-Pinto (FRP) -, em 1995, e já no governo Fernando Henrique Cardoso, a FRP passou a integrar a Secretaria de Estado de Comunicação, SECOM.

Na mesma gestão, em 1997, a Fundação Roquette-Pinto foi substituída por uma Organização Social (OS), a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (ACERP). Em 2007, dez anos depois, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação, pelo Decreto 6.246/2007 (outorgado posteriormente pela Lei 11652/2008), a ACERP¹¹ passou a ser uma espécie de fornecedora de programação com a disponibilização de seu quadro funcional, situação que se manteria até a incorporação, pela EBC, de todos os veículos federais e realização de concurso público para preenchimento de cargos¹². Esse processo se prolongou até 2013, quando a EBC encerrou o contrato de gestão com a ACERP¹³. Os profissionais que vinham trabalhando até então, na TV Brasil, oriundos da TVE Brasil e rádios MEC, foram todos dispensados. Muitos já com algumas décadas de dedicação àquelas emissoras.

Outro acontecimento com a marca da descontinuidade ainda no século passado, impediu o nascimento do primeiro canal de televisão voltado à educação no País. Foi a tentativa frustrada de Edgard

¹⁰ CASTRO, Ruy. Roquette-Pinto: o homem multidão. In MILANEZ, Liana Rádio MEC: Herança de um sonho. ACERP, Rio de Janeiro, 2007

¹¹ Como Organização Social, a ACERP mantinha seu contrato de gestão com a SECOM. Com a criação da EBC, esses contratos passam a ser feitos com essa empresa.

¹² Contrato de Gestão nº 17 celebrado entre a EBC e a ACERP em março de 2009. Disponível em http://www.ebc.com.br/acessoainformacao/wordpress/wp-content/uploads/2012/04/Contrato_0182_2009_acerp.pdf. Acesso em: 02/01/2015.

¹³ Portaria-Presidente nº 229 A - Projeto de Absorção das Atividades da ACERP pela EBC – 15/04/2013. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/acessoainformacao/wordpress/wp-content/uploads/2013/03/PORTARIA-PRESI-N%C2%BA-229-A-PROJETO-DE-ABSOR%C3%87%C3%83O-DAS-ATIVIDADES-DA-ACERP-PELA-EBC.pdf>. Acesso em: 02/01/2015.

Roquette-Pinto de implantar uma Televisão Educativa em 1952. Mudanças de ordem política, a saída traumática do prefeito do Distrito Federal João Carlos Vital, que apoiava a implantação da Televisão Educativa, e a entrada do cel. Dulcídio Cardoso, contrário à ideia, interrompeu o projeto quando já estava com equipamentos dos Estados Unidos encomendados e pagos, e todo o planejamento concluído.¹⁴ Como consequência, a criação de uma televisão educativa brasileira retardou 20 anos. O canal 2, do Rio de Janeiro, só seria ocupado como canal educativo em 1973, pelo Decreto nº 72.634, de 16 de agosto daquele ano, que “outorgou à Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE), que já atuava na produção de programas educativos, a concessão para o estabelecimento de estação de radiodifusão de sons e imagens”¹⁵ (MILANEZ, 2007, p. 27).

A pesquisa para a elaboração dos livros *Rádio MEC – herança de um sonho*, e *TVE Brasil – cenas de uma história*, de minha autoria, descortinou mais fatos que evidenciam as descontinuidades no percurso dessas emissoras. As mudanças começaram pelo nome. Nascida Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa - FCBTVE (1967-1981), passou a chamar-se Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – FUNTEVE (1981 – 1990), depois Fundação Roquette-Pinto – FRP (1990-1997) e, por último, Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto - ACERP – (1997-2007). As emissoras TVE Brasil, Rádios MEC e TVE Maranhão, geridas por essa sequência de instituições foram incorporadas pela EBC em 2007. Desta vez mudaria também o nome da emissora - a TVE Brasil deu lugar à TV Brasil.

A dança de cadeiras acompanhou o movimento. Em um período de 19 anos, depois da morte do fundador da FCBTVE, Gilson Amado, passaram pela instituição 16 presidentes. As trocas eram tantas, que em pouco mais de um ano, entre julho de 1989 e outubro de 1991, o acento de presidente da Fundação teve três ocupantes. As mudanças não se restringiam às trocas de governo. Depois de Gilson Amado, que permaneceu à frente da Fundação por 11 anos (1967-1981), a gestão mais duradoura, que cumpriu um ciclo de quatro anos, foi a de Beth Carmona (2003-2007), durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, permanecendo até a criação da EBC. Assumiu como primeira presidente da EBC a jornalista Tereza Cruvinel, escolhida pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O mandato de quatro anos da jornalista terminou em 31 de outubro de 2011. Foi substituída pelo jornalista Nelson Breve, que tomou posse em 1º de novembro de 2011. Já agora, com o mesmo partido no Governo, os mandatos de presidente fecharam os quatro anos.

¹⁴ MILANEZ, Liana. TVE Brasil – cenas de uma história. ACERP, Rio de Janeiro, 2007, p.23-27.

¹⁵ Ibid. p. 35.

Breve deixou a presidência da EBC e, cruzando mais uma vez a “porta giratória¹⁶,” voltou à Secom, para assumir a Secretaria de Imprensa. Foi substituído por Américo Martins, que vinha respondendo pela diretoria-geral da empresa desde 10/02/2015, e tomou posse logo depois, em 02 de setembro. Martins não esquentaria muito a cadeira. Sete meses depois da posse deixou a presidência, entregando o cargo diretamente ao ministro da Secom, Edinho Silva. Comentários internos indicavam como causa ingerências na programação.¹⁷

Como se depreende, com as discussões e fóruns que resultaram na criação da EBC, com seu conselho curador e todos os *policies*, esta instituição manteve a marca de ser uma empresa de governo, não de Estado. Financiada majoritariamente pelo Governo Federal, era o presidente da República quem nomeava seu dirigente, assim como, cargos de confiança passaram pelo crivo de partidos políticos da base de apoio ao governo. A implantação da EBC foi percebida internamente nas instituições que seriam absorvidas, como um momento de conflito e instabilidade. Nos primeiros tempos (2007), assumiram o grupo da cultura (ligada ao Ministério da Cultura) e o grupo da Secom¹⁸. Esses dois grupos partilharam os altos cargos da nova empresa. Mais mudanças aconteceriam meses depois, com a saída de alguns diretores (diretor Geral; de Rede e Relacionamento; de Programação e Conteúdos; e Administrativo).

Três desses diretores eram vinculados ao MINC, e participaram das discussões para a criação de uma nova televisão pública no País, muito antes da elaboração dos documentos prévios que antecederam o I Fórum Nacional de TV's Públicas, que se realizou entre 26 e 28 de maio de 2007, em Brasília. Entre eles, Orlando Senna, que deixou a diretoria-geral da EBC, defendia desde 2003, quando ainda ocupava o cargo de secretário do Audiovisual do MINC, que essa televisão pública “democrática e participativa” deveria ficar vinculada ao Ministério da Cultura. Com ele concordavam as organizações e representantes da sociedade civil que participaram do I Fórum Nacional de TV's Públicas.¹⁹

As mudanças não ficaram restritas à diretoria. Em pouco mais de um ano abandonaram o Conselho Curador seis conselheiros, de um total de 15, entre eles seu presidente, o economista Luiz Gonzaga Beluzo. Os 15 representantes da sociedade civil do primeiro Conselho Curador haviam sido escolhidos pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. As mudanças nos primeiros dois anos da EBC atingiram também alguns cargos de gerência, trazidos durante a implantação da empresa.

¹⁶ Expressão usada em Brasília sobre as idas e vindas de dirigentes entre EBC e Secom.

¹⁷ MELO, Débora, O que está por trás da saída do presidente da EBC. Carta Capital, São Paulo, 04/02/2016. Em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-esta-por-tras-da-saida-do-presidente-da-ebc>

¹⁸ SOUZA, Ana Paula. SANCHES, Pedro Alexandre. Do Estado ou do Governo. In Revista Carta Capital, São Paulo, Edição 14/05/2008

¹⁹ OTONDO, Teresa Montero. Televisão Pública – Para quem e para quê?.

A TV Brasil, que integra a EBC foi lançada em 2007, com um orçamento de R\$ 350 milhões. Cinco anos depois a instituição já tinha consumido “mais de R\$ 2 bilhões em investimentos públicos”, segundo informações do jornal Folha de S. Paulo (edição de 02/12/2012, p. E 9). Passados sete anos, o orçamento superava os R\$ 480 milhões²⁰. Conforme Relatório de Auditoria²¹, trabalhavam na empresa mais de 2.600 colaboradores.²² A EBC cresceu: sete rádios, a TV Brasil, a Agência Brasil, e, agora, a TV Brasil Internacional.

Examinando-se sob a perspectiva de que a TV pública não deve se submeter nem ao governo nem ao mercado, num percurso histórico observam-se algumas tentativas. No entanto, isso parece estar longe no caso do Brasil. Em artigo publicado pelo O Estado de S. Paulo (22/09/2011, p.2), Eugenio Bucci lembra que a EBC é uma estatal como tantas outras, “não é, na forma da lei, o que as democracias aprenderam a chamar de emissora pública”. Ele justifica: “Nas emissoras públicas o executivo-chefe é escolhido por um conselho de representantes da sociedade. Nas estatais, quem escolhe o diretor é o governante da vez”. A EBC, segundo Bucci, “está legalmente subordinada a uma autoridade que lhe é externa, e essa autoridade, a Secom²³, tem por missão cuidar da imagem do governo federal”. As movimentações nessas instituições também foram observadas por Carolina Matos²⁴, em um estudo que resultou no livro *Mídia e Política na América Latina - globalização, democracia e identidade*. Matos ouviu profissionais que passaram por essas emissoras, como Tereza Cruvinel e Eugenio Bucci, que admitiram: “a autonomia e a independência total do governo são uma tarefa difícil para essas emissoras, pois são vistas como ainda estando sujeitas aos constrangimentos políticos (MATOS, 2013, p.228).

Ainda se confunde público, estatal, com o governamental. Esquece-se de que este “público” representa a sociedade, os contribuintes, que pagam pelos serviços para uma “comunicação pública, isenta, independente e cidadã”²⁵. Permanecem as questões que permearam esta pesquisa: por que a EBC

²⁰ Dados atualizados até 31/10/2014. Disponível em <http://www.ebc.com.br/acessoainformacao/despesas/execucao-orcamentaria/> Acesso em: 22/12/2014

²¹ Disponível em http://www.ebc.com.br/sites/default/files/relatorio_de_auditoria_n-16-2014.pdf. Pag. 5. Acesso em: 22/12/2014

²² No *Seminário Modelo Institucional da EBC*, promovido pelo Conselho Curador (em 11 e 12/08/2015), em Brasília, o diretor vice-presidente de Gestão e Relacionamento, Sylvio Andrade, informou que o quadro era de 2.373 pessoas. (http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/documentofinalseminarioebc.pdf)

²³ Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República

²⁴ PhD em Mídia e Comunicação na Política na Goldsmiths College, docente em tempo parcial no Government Department da Essex University.

²⁵ E este não é um sonho recente. Já no final do século passado as televisões públicas do mundo se reuniam anualmente em torno do International Public Television Screening (INPUT), para analisar as estratégias dos governos, sociedades, produtores e realizadores utilizavam para reivindicar a televisão pública como o lugar social de todos, como uma alternativa audiovisual de

criada neste século, depois de longo período de discussões que culminaram com o I Fórum Nacional das TV's Pública mantém as características de uma emissora governamental e mais uma vez sofre retrocesso como provam os fatos pós impeachment? As ingerências governamentais se repetiram neste 2016.

Os acontecimentos políticos atingiram a EBC cinco dias depois da votação do processo de impeachment da presidente Dilma Roussef no Senado Federal. No dia 17 de maio, o presidente interino Michel Temer exonerou o diretor-presidente da EBC, Ricardo Melo, e nomeou o jornalista Laerte Rímoli. Melo fora nomeado pela presidente Dilma Roussef, sete dias antes de o Senado afastá-la temporariamente do cargo. No mesmo dia de seu afastamento, Ricardo Melo entrou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) “para pedir a suspensão da medida tomada pelo presidente em exercício Michel Temer”. Segundo a defesa, fora um “ato arbitrário, abusivo e ilegal” (OESP, 2016, A5). A troca não durou muito, mas já bastou para o presidente nomeado por Michel Temer demitir ocupantes de cargos de confiança, como assessores, gerentes e coordenadores. Ato contínuo, nomeou substitutos para a maioria dos cargos. A revanche chegaria. No dia 01 de junho, o ministro do STF, Dias Toffoli deu seu aval para que o jornalista Ricardo Melo voltasse às funções de diretor-presidente da EBC (Cf. FSP, 03/06/2016, A6).

A trégua durou até a votação final do processo de impeachment. Logo depois da posse de Michel Temer, dia 2 de setembro, mais um sobressalto. Decreto publicado no *Diário Oficial da União* (DOU) assinado pelo Deputado, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que exercia a presidência da República enquanto Michel Temer estava na China²⁶, altera o Estatuto Social da EBC. Esta passa a ser vinculada à Casa Civil (Cf. CIEGLINSKI, Amanda²⁷). Repete-se o que foi no governo Sarney, quando a Funtevê esteve ligada ao Gabinete Civil da Presidência. E mais: Ricardo Melo volta a ser exonerado. O atropelo sofre recuo. No mesmo dia, em edição extra do DOU, novo decreto torna sem efeito a exoneração. As idas e vindas não cessaram. No dia 8 de setembro, o ministro do STF, Dias Toffoli, revoga a liminar que mantinha Ricardo Melo na presidência da EBC. A decisão foi tomada após a publicação do decreto que alterou o Estatuto Social da Empresa (Cf. Agência Brasil)²⁸

Essas ocorrências acompanham a história das emissoras públicas. O que difere é que nos oito anos

encontro da sociedade, de fomento dos direitos dos cidadãos, e de reconhecimento da pluralidade social que nos habita. (Cf. RINCON, 2002, 28)

²⁶ Para a reunião de cúpula do G20, grupo das maiores economias do mundo. (Cf. <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37257767> - acesso em 05/09/2016)

²⁷ Agência Brasil. Em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/medida-provisoria-e-decretos-modificam-estrutura-e-trocam-comando-da-ebc>. Acesso 02/09/2016

²⁸ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/toffoli-cassa-liminar-e-ricardo-melo-deixa-presidencia-da-ebc-rimoli-reassume>. Acesso em 20/09/2016.

da EBC as trocas de gestores foram de acordo com a lei que a criou em 2007, ao final dos mandatos de quatro anos da diretoria, com uma exceção. O terceiro diretor-presidente nomeado por Dilma Rouseff pediu seu afastamento sete meses depois. Américo Martins substituiu Nelson Breve, que se manteve no cargo por quatro anos, retornando ao antigo posto que ocupava na SECOM. Destaque-se que nesse período o Brasil foi governado por um mesmo partido, o PT, e com as mesmas alianças políticas. As mudanças e descontinuidades do passado ocorriam nos rodízios de poder, como neste pós impeachment.

A EBC, que surgiu como uma nova proposta que encerraria o ciclo das televisões até então mantidas pelo Governo Federal e pelos Estados, vem repetindo o modelo das emissoras surgidas na ditadura, ou seja, opera sob cabresto dos governos. O cataclismo que se abate na empresa neste 2016 cresce de intensidade dia-a-dia desde maio. O retorno do diretor-presidente ao seu posto com a readmissão de alguns afastados por Laerte Rímoli não cessou a gana do Governo Federal. A repercussão do afastamento do presidente da EBC, Ricardo Melo, a nomeação de Laerte Rimoli, mobilizou a atenção de entidades da sociedade civil e da mídia brasileira. Colunistas, como Eugênio Bucci²⁹ (*Temer errou com a EBC*), a ex-presidente da EBC Teresa Cruvinel³⁰ (*Futuro da EBC em risco*), escreveram sobre o gesto de Temer com análises sobre o papel da emissora pública e os compromissos desta com a sociedade. E agora, com o novo decreto, assistiremos questionamentos e desdobramentos que redundarão em novas discussões em busca da TV pública defendida desde o século passado.

Conclusão

As emissoras estudadas continuam sob risco. A causa é a mesma: a vinculação aos governos, tema que mereceu amplos debates durante o *Seminário Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectiva*, que acompanhei em Brasília, nos dias 11 e 12 de agosto de 2015. De acordo com o documento final do seminário³¹, dividido por eixos³², os debates levantaram as questões da autonomia e a vinculação com a Secom como pontos nevrálgicos. Temas que agora se intensificam com a vinculação à Casa Civil. Trago algumas reflexões do seminário do Conselho Curador para mostrar que o tema TV pública já vinha mobilizando – a favor e contra – uma boa parte do público e continuará na pauta dos movimentos sociais, entidades que compunham o Conselho Curador (agora extinto), o Fórum de Democratização da

²⁹ BUCCI, Eugênio. Temer errou com a EBC. OESP, 26/05/2016. <http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,temer-errou-com-a-ebc,10000053509>. Acesso em 26/55/2016

³⁰ CRUVINEL, Teresa. Futuro da EBC em risco. FSP, 02/06/2016.

³¹ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2015/10/publicado-documento-final-do-seminario-modelo-institucional-da-ebc> (Acesso em junho 2016)

³² Os eixos foram: Autonomia e Vinculação; Financiamento e Sustentabilidade; e Gestão de Conteúdo e Participação Social;

Comunicação, Sindicatos de Jornalistas e Radialistas, Coletivo Intervezes, Federação Nacional de Jornalistas, entre outras entidades da sociedade civil. Diante do quadro narrado fica a grande questão: O momento atual estaria colocando em cheque a crise estrutural?

REFERÊNCIAS

- ARENAS, Paula. **El futuro de la televisión pública educative y cultural. El caso Señal Colombia.** In Homenaje a la television colombiana. Boletim Cultural y Bibliografico, Número 87. Biblioteca Luis Ángel Arango, Bogotá, 2015.
- BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI Ana Maria. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas-** Uma avaliação contemporânea. Comunicação e Informação. Série Debates CI nº 10 – Junho 2012. Unesco. Representação no Brasil, 2012.
- CASTRO, Ruy. **Roquette-Pinto: o homem multidão.** In: MILANEZ, Liana. Rádio MEC: Herança de um sonho. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.
- LEAL FILHO, Laurindo Lalo. **A melhor TV do mundo.** O modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus Editorial, 1997.
- MATOS, Carolina. **Mídia e política na América Latina** – globalização, democracia e identidade. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.
- MILANEZ, Liana. **TVE Brasil – Cenas de uma história.** Rio de Janeiro: ACERP, 2007.
- OTONDO, Teresa Montero. **Televisão Pública:** para quem e para quê. Annablume, São Paulo: 2012.
- RESTREPO, Javier Darío. **Sessenta años esperando la democracia.** Boletim Cultural y Bibliografico, Número 87. Biblioteca Luis Ángel Arango, Bogotá, 2015.
- RINCÓN, Omar. **A televisão: o mais importante, do menos importante.** In: Televisão Pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friederich Ebert Stifung/ILDES , 2002.
- Dissertações, teses, periódicos, sites e portais**
- ALENCASTRO, Catarina; SOUZA, André de; NASCIMENTO, Bárbara. **Governo muda comando da EBC, mas adia posse.** O GLOBO. Rio de Janeiro, 03/09/2016, p.8.
- BUCCI, Eugênio. **TV Brasil: pública, estatal ou governamental?** Folha de São Paulo. São Paulo, 2 set. 2011, p. 2.
- CRUVINEL, Teresa. **Futuro da EBC em risco.** Folha de São Paulo. São Paulo, 02/06/2016.
- MIOLA, Edna. **Radiodifusão pública e participação deliberativa.** Um estudo das características e dos modos de atuação do Conselho Deliberativo da FCPRTVE. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SAMPER, Lucy Nieto de. **La verdadera historia de como llegó la televisión a Colombia.** El Tiempo. Bogotá, 21 ago. 2014. p.18.



Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

CIEGLINSKI, Amanda. **Medida provisória e decretos modificam estrutura e trocam comando da EBC.** Agência Brasil. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em 02 set. 016.

Geral

AGÊNCIA Brasil. **Toffoli cassa liminar e Ricardo Melo deixa presidência da EBC; Rimoli reassume.** Brasília, 08/09/2016.< <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/toffoli-cassa-liminar-e-ricardo-melo-deixa-presidencia-da-ebc-rimoli-reassume>>. Acesso em: 20 set. 2016.

Informações Señal Colombia disponível em:

<http://www.sistemasenalcolombia.gov.co/index.php/informacion-general/quienes-somos.html>